

TCU promove debate e palestra sobre a Emenda Constitucional nº 95

Audiência pública realizada em 18/10/2017 no Tribunal de Contas da União (TCU) destacou a situação da Previdência Social no país. No debate, o ministro Dyogo Oliveira, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), ressaltou que a Previdência Social é a questão mais preocupante dentro do cenário das complicações fiscais que o Brasil tem enfrentado.

A audiência, sugerida pelo vice-presidente do TCU, ministro José Múcio Monteiro, teve como objetivo subsidiar a análise do processo TC 014.133/2017-2. A auditoria tem a finalidade de avaliar as medidas adotadas pelos órgãos e poderes da União para assegurar o cumprimento do limite de despesas estabelecido no Novo Regime Fiscal, instituído pela Emenda Constitucional nº 95.

Durante a audiência, foi apresentado estudo sobre os gastos previdenciários, encomendado pelo presidente do TCU, ministro Raimundo Carreiro, e conduzido pela Secretaria de Controle Externo da Previdência do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevi). De acordo com o levantamento, a Previdência Social é impactada por questões conjunturais, estruturais e de gestão. Ao iniciar a audiência, o presidente Carreiro destacou as medidas que o Tribunal vem adotando com relação ao cumprimento da meta do teto de gastos.

Para fomentar o debate, no dia 20/11/2017 o Instituto Serzedello Correa promoveu uma edição do programa Episteme com o tema “Finanças Públicas e a Emenda Constitucional 95: interpretações e desafios”. A ideia foi apresentar aos servidores uma análise crítica sobre o assunto, com o objetivo de preparar os servidores para as alterações que ocorrerão nesse contexto.

A abertura do evento foi realizada pelo Diretor-Geral do Instituto Serzedello Corrêa (ISC), Maurício Wanderley, e pela Diretora de Educação da Escola de Administração Fazendária (ESAF), Fabiana Baptistucci. Os palestrantes foram Pedro Jucá Maciel, Subsecretário de Planejamento Estratégico da Política Fiscal do Tesouro Nacional; Ricardo Gomes, Pós-Doutor em Gestão Pública e Professor da Universidade de Brasília; Márcia Lovane Sott, Secretária-Geral do Conselho Superior da Justiça do Trabalho; e Ricardo Volpe, Diretor da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados. A moderação ficou a cargo do Secretário da Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag) do TCU, Leonardo Rodrigues Albernaz.

